



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

Anexo

**ANEXO I**

**PREGÃO Nº 20/2019 – ELETRÔNICO**

**CAPÍTULO I. DO OBJETO**

1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições que disciplinarão a contratação de empresa especializada para fornecimento de IMPRESSORA DE CARTÕES PVC (CRACHÁS).
2. Aplicam-se ao fornecimento de equipamentos as condições indicadas neste Termo de Referência, sendo estas complementadas, de forma subsidiária, pelas demais normas aplicadas ao objeto da contratação.
3. A contratação dos serviços objeto deste Termo de Referência será realizada por licitação, na modalidade de Pregão, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço, para aquisição imediata.

**CAPÍTULO II. DOS MATERIAIS, QUANTIDADES, PREÇOS MÁXIMOS E DAS ESPECIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS, INSUMOS**

ITEM	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS
	Impressora de cartões PVC
01	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Impressão com cobertura de borda a borda do cartão pvc (impressão sem deixar bordas);</li><li>2. Imprimir cartões pvc com imagens e texto;</li><li>3. Conectividade Ethernet;</li><li>4. Compatível com Windows 7 e Windows 10;</li><li>5. Voltagem de trabalho 110V;</li><li>6. Bandeja com capacidade mínima de 100 cartões pvc;</li><li>7. Resolução mínima de 300dpi;</li><li>8. Impressão dupla face em diferentes tipos de papel-cartão;</li><li>9. Impressão Colorida e Monocromática;</li><li>10. Suporte para cartões pvc brancos, no padrão CR-80 (54mm x 86mm), disponíveis comumente no mercado;</li><li>11. Acompanhar instalador do driver da impressora (Windows 7 e 10);</li><li>12. Garantia: Mínima de 36 meses.</li><li>13. Insumos Iniciais<ul style="list-style-type: none"><li>o 100 Cartões PVC</li><li>o Ribbons para impressão de 750 cartões frente e verso coloridas.</li></ul></li><li>14. Deve Acompanhar Software Para confecção de Cartões com as Seguintes Especificações:</li></ol>

- Confeccionar cartões e importar dados de base em: CSV, XLSX, XLS e TXT;
- Impressão de objetos dinâmicos (data, contador, etc);
- Editor de imagens Próprio;
- Templates (exemplos) de Cartões;
- Código de Barras 1d/2d;
- Edição de imagem e texto dos cartões templates;
- Licença de uso para pelo menos 2 computadores.

Produto de Referência

- **Impressora: DataCard SR300 (Com Tecnologia Re-Transferência)**
- **Software Editor Cartões: CardPresso XS**

	Quantidade	PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO MÁXIMO TOTAL (R\$)
	2	R\$ 20.925,32	R\$ 41.850,64

1. Em caso de divergência entre a descrição dos materiais indicada no SIASG/COMPRASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.
2. A indicação de produtos de referência feita na descrição do item é apenas orientativa, correspondendo aos produtos que serviram de base para a coleta das características/especificações dos materiais a serem adquiridos, nos termos do Acórdão nº 2401/2006 do Tribunal de Contas da União.
  - 2.1. A empresa licitante poderá ofertar produtos similares aos de referência, desde que atendam às especificações exigidas e apresentem padrão de qualidade e desempenho equivalentes.
  - 2.2. Uma vez que os fabricantes podem alterar as características de seus produtos a qualquer tempo e sem prévio aviso, é de responsabilidade da empresa licitante, que pretenda cotar produto indicado como referência, a certificação de que o produto cotado se mantém de acordo com as especificações exigidas.
  - 2.3. Em virtude do exposto na primeira parte da cláusula 2.2 acima, a cotação pela empresa licitante de produto indicado como referência não condiciona o TRE/MS à classificação da proposta e/ou à aceitação do produto quando de sua entrega.
3. Não poderá ser ofertada marca/modelo de produto descontinuado ou fora de linha.
4. Reserva-se ao TRE/MS a faculdade de exigir a apresentação de amostra do produto ofertado pela empresa vencedora, de modo a comprovar o atendimento às especificações exigidas.

### **CAPÍTULO III - DA ANÁLISE TÉCNICA DAS PROPOSTAS**

1. A análise técnica das propostas, **quando necessária**, será realizada pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e visa à verificação da conformidade dos materiais ofertados pelas licitantes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.
2. De modo a permitir a análise técnica, a licitante deverá indicar em sua proposta a marca e o modelo dos produtos ofertados.
  - 2.1. A licitante poderá indicar, também, sítio(s) na internet, preferencialmente do fabricante, onde possam ser obtidas informações sobre o produto ofertado.
  - 2.2. A ausência e/ou insuficiência de informações sobre o produto ofertado poderá importar a desclassificação da proposta.
  - 2.3. O Pregoeiro poderá fazer questionamentos e/ou solicitar documentos

para verificação/comprovação das especificações do produto cotado.

3. O resultado da análise das propostas será informado às licitantes pelo Pregoeiro, através da ferramenta de conversação disponível no sistema COMPRASNET.

#### **CAPÍTULO IV - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS E DAS GARANTIAS**

1. A empresa fornecedora deverá entregar os equipamentos no Almoxarifado Central do TRE-MS, sito na Avenida Júlio de Castilho, nº 331, Vila Alba (com entrada pela rua lateral R. Vespasiano Martins, em frente ao nº 227) na cidade de Campo Grande/MS, de segunda a sexta-feira, das 12:00 h às 18:00.

1.1. A empresa poderá agendar previamente o dia, horário e local para a entrega.

1.2. O agendamento será realizado por servidor do Almoxarifado, no horário de 12:00 h às 18:00 h, de segunda à sexta-feira, através do telefone (67) 3361-0016 (João ou Geraldo).

**1.3. Nos termos do inciso III, art. 3º do Decreto nº 7.174/2010, para os produtos importados será exigido, no momento da entrega, a comprovação de origem dos mesmos e a quitação dos tributos de importação a eles referentes, sob pena de rescisão contratual e multa.**

2. O PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA é de **30 (trinta) dias**, contados do dia útil subsequente à mensagem eletrônica responsável pelo encaminhamento do contrato/nota de empenho

3. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar ao TRE/MS solicitação de prorrogação de prazo de entrega/instalação, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega/instalação.

3.1 A comprovação de que trata esta cláusula deverá ser promovida não apenas pela alegação da empresa contratada, mas por meio de documento que relate e justifique a ocorrência que ensejará o descumprimento de prazo, tais como: carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico de terceiros, Boletim de Ocorrência de Sinistro, ou outro equivalente.

4. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

5. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.

6. O **recebimento provisório e definitivo dos materiais** ficará a cargo da fiscalização, conforme descrito a seguir.

7. O recebimento provisório dos materiais será efetuado no momento da entrega, ou em até 2 (dois) dias úteis desta, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

a) os materiais deverão estar em suas respectivas embalagens originais, se cabível, com a indicação da marca/modelo na embalagem e/ou no próprio material, bem como das demais características que possibilitem a correta identificação do material;

b) condições da embalagem e/ou do material;

c) quantidade entregue;

d) apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do

comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

8. Atendidas as condições indicadas na cláusula 7 acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

8.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.

9. O **recebimento definitivo** deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias úteis, contados da entrega dos materiais, satisfeitas as condições abaixo:

a) correspondência de marca/modelo do material com os indicados na nota de empenho ou proposta da fornecedora;

b) compatibilidade do material entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;

c) realização de testes de funcionamento dos equipamentos;

d) conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

10. Verificada alguma falha no fornecimento, será feito o registro formal e informado à empresa fornecedora, para que proceda à sua correção no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

10.1. Ao prazo previsto neste item, aplica-se o disposto nos itens 3 a 5 deste Capítulo.

11. Reserva-se ao TRE/MS o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

12. Competirá ao fornecedor arcar com ônus da retirada dos materiais cujas características se mostrem diversas das exigidas no instrumento convocatório.

13. O TRE/MS providenciará a guarda do material entregue em desconformidade por 60 (sessenta) dias, contados da notificação ao fornecedor.

13.1. Decorrido o prazo disposto na cláusula anterior, e não sendo retirado o material pelo fornecedor, o Tribunal não mais se responsabilizará pela guarda dos produtos, restando autorizado a promover a destinação que melhor aprouver ao interesse público.

14. O prazo da garantia mínima dos materiais está estabelecido no Capítulo II deste Termo de Referência, contados após o recebimento definitivo dos equipamentos.

15. A contratada na ocasião do recebimento definitivo, deverá apresentar documento de garantia do fabricante do equipamento/produto, onde ateste o prazo de garantia, contra quaisquer defeitos de fabricação.

16. Durante o período de garantia, a contratada, ou assistência técnica autorizada, prestará serviços de assistência técnica ao equipamento, sem nenhum ônus ao TRE/MS.

16.1. Assim que notificada por escrito, a contratada terá o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para enviar um técnico a fim de avaliar e reparar os defeitos constatados.

16.2. Sempre que realizada assistência técnica, deverão ser apresentados pela contratada relatórios com informações dos serviços executados, sobre anormalidades e falhas eventualmente observadas no equipamento.

16.3. Os equipamentos que apresentarem o mesmo defeito de forma intermitente deverão ser substituídos pela Contratada. E, para os efeitos deste dispositivo, serão considerados defeitos intermitentes, conforme o Código de Defesa do Consumidor, os que ocorrerem repetidamente por 3 (três) vezes ou mais em um prazo de 30 (trinta) dias corridos.

16.4. Se configurado defeito de fabricação com necessidade de substituição de peças defeituosas, a contratada terá mais 72 (setenta e duas) horas para efetuar a troca e restabelecer o perfeito funcionamento do equipamento, contados a partir do dia subsequente ou da manifestação escrita, salvo comprovação de impossibilidade, reconhecida pelo TRE/MS.

16.5. A assistência técnica deverá ocorrer no local onde estiver funcionando o equipamento. Caso não seja possível, a remoção do equipamento dar-se-á sem qualquer ônus para o TRE/MS.

## **CAPÍTULO V - DA FISCALIZAÇÃO**

1. A fiscalização, o acompanhamento e a orientação relativos ao fornecimento dos equipamentos ficarão a cargo da Equipe de Gestão da Contratação indicada nos estudos preliminares desta contratação e designada para esse fim.
2. O contato entre o Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da Fiscalização.
3. Caberão à fiscalização as seguintes funções:
  - a) acompanhar e fiscalizar o fornecimento instalação dos equipamentos pela empresa contratada;
  - b) verificar a conformidade do fornecimento e instalação e atestar o recebimento definitivo;
  - c) manter registro das ocorrências relacionadas ao fornecimento, para fins de acompanhamento do desempenho da contratada;
  - d) comunicar à contratada as falhas detectadas, através de Ordem de Serviço (O.S.) numerada e, de preferência, em 2 (duas) vias, uma das quais será visada pela(s) empresa(s), só assim produzindo seus efeitos;
  - e) comunicar à Administração o cometimento de falhas pela contratada, que impliquem comprometimento no fornecimento/instalação e/ou aplicação de penalidades previstas;
  - f) conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;
  - g) outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

## **CAPÍTULO VI - DA NOTA FISCAL/FATURA E DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHÁ-LA**

1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do material fornecido, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade e os preços unitário e total
2. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das

contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

## **CAPÍTULO VII - DO PAGAMENTO**

1. O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta-corrente registrada em nome da pessoa jurídica vencedora do certame licitatório, no prazo de 7 (sete) dias úteis após o recebimento definitivo pela fiscalização e/ou do recebimento do documento fiscal.
2. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS) e trabalhista.
3. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:
  - a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;
  - b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.
4. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:  $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \quad I = (6/100) / 365$ .

## **CAPÍTULO VIII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

1. Em caso de descumprimento de cláusulas deste Termo de Referência, a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, através de endereço de correio eletrônico (e-mail) previamente informado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Único. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da correspondência eletrônica.

2. Será aplicada ADVERTÊNCIA por escrito nos casos literalmente indicados neste Termo de Referência, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo TRE/MS, tais como:

- a) falhas durante a execução do fornecimento, não corrigidas em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do comunicado formal à empresa;
- b) quando a empresa deixar de encaminhar toda a documentação necessária para o pagamento;
- c) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização, e não disciplinada de forma diversa neste Termo de Referência ou no atraso na entrega dos materiais em até 5 (cinco) dias.

### 3. Será aplicada MULTA:

- a) de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da contratação referente ao item, por dia de atraso no fornecimento de material/prestação da assistência técnica, em caso de atraso superior a 5 dias, contado desde o primeiro dia de atraso e limitada ao montante de 20% (vinte por cento) correspondente a 40 (quarenta) dias. Após o quadragésimo dia de aplicação de multa, a Administração poderá motivadamente, a qualquer momento, entender caracterizada a inexecução total da contratação, passível de rescisão;
- b) de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação referente ao item, por falha ou defeito no fornecimento dos materiais/prestação da assistência técnica não solucionado, após devida notificação pela fiscalização;
- c) de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação referente ao item, caso não queira receber nota de empenho, assinar qualquer termo de alteração ou aditivo que seja considerado obrigatório, na forma prevista em Lei;
- d) de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da contratação referente ao item, caso a entrega dos produtos esteja em desacordo com o contratado, no aspecto quantitativo e/ou qualitativo;
- e) de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação referente ao item, no caso de desatendimento de demais cláusulas do Termo de Referência, ou de ordens da fiscalização;
- f) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação referente ao item, por ocorrência, no caso de atraso ou não emissão/encaminhamento do documento fiscal hábil (nota fiscal) para pagamento
- g) de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação referente ao item, se a fornecedora negar-se a fornecer os materiais solicitados sem motivo consistente devidamente apurado pelo Tribunal, ou, se por falhas sucessivas ou por total descumprimento das condições deste Termo de Referência, levar o TRE/MS ao cancelamento da contratação, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

3.1. Na aplicação das multas acima serão consideradas a natureza e gravidade da infração cometida, além dos danos que provierem para o serviço público, podendo a Administração motivadamente, com vistas a atender os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, agravar ou atenuar as multas em 2/3, ½ ou 1/3.

3.2. As multas porventura aplicadas poderão ser descontadas dos pagamentos devidos pelo Contratante, da garantia ao contrato, quando houver, ou cobradas diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

3.3. Haverá retenção cautelar dos valores, no caso de ocorrência de descumprimento das condições da contratação, até a finalização procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, sendo restituído à contratada o correspondente o valor caso não subsistam razões para a aplicação de multa.

3.4. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação;

3.5. Caso não haja recolhimento, o valor da multa poderá ser glosado dos valores devidos à CONTRATADA.

3.6. Se o crédito não for suficiente para cobrir o valor total da multa, o valor será descontado da garantia contratual, se houver.

3.7. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

3.8. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do CONTRATANTE.

4. Será aplicada a penalidade de IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A UNIÃO, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa, se a Contratada:

- a) for convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame
- c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto
- d) não mantiver a proposta
- e) falhar ou fraudar na execução do contrato
- f) comportar-se de modo inidôneo ou
- g) cometer fraude fiscal.

5. Da aplicação das sanções de multa e impedimento de contratar com a União, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato, à autoridade superior do TRE/MS.

6. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

#### **CAPÍTULO IX - DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS**

- 1. Requisitar o fornecimento dos materiais, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 2. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.
- 3. Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas na licitação.
- 4. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual.
- 5. Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

#### **CAPÍTULO X - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

- 1. Realizar o fornecimento decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital e neste Termo de Referência.
- 2. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.
- 3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.
- 4. Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos produtos, na forma disposto neste Termo de Referência.

#### **CAPÍTULO XI - DEMAIS INFORMAÇÕES ACERCA DA CONTRATAÇÃO EXIGIDAS PELA RESOLUÇÃO N.º 182/2013 – CNJ (ART. 18, § 3º, INCISO II)**



## 1. Motivação para a contratação:

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul realiza emissão, em cartões de PVC, da identidade funcional para os servidores efetivos e do crachá funcional para os servidores e os colaboradores ativos. A emissão da identidade funcional é normatizada pela Resolução TRE/MS nº 470 de 19/03/2012, alterada pela Resolução TRE/MS nº 611 de 13/12/2017. A emissão do crachá funcional é normatizada pela Portaria DG nº 73 de 06/12/2011.

A emissão desses documentos é feita através de duas impressoras da marca Evolis, modelo Dualys 3, adquiridas em 2011. Essas impressoras não se encontram mais em prazo de garantia, e durante o uso normal acontecem falhas de impressão de forma aleatória. Sendo assim ocorre desperdício de cartões PVC em cada falha que ocorre.

Além disso, as impressoras não apresentam boa qualidade da impressão nos cartões PVC e não são capazes de cobrir toda a área dos cartões, ficando as bordas sem cobertura da impressão.

É comum ser necessário imprimir mais de uma vez um mesmo crachá ou identidade funcional até que a qualidade da impressão esteja satisfatória.

Portante, entende-se necessário que este Tribunal adquira ou alugue novos equipamentos para realização desse trabalho com qualidade e economia.

## 2. Objetivos a serem alcançados:

- Aquisição de duas impressoras de cartão pvc de alto desempenho para impressão das diversas indetificações fornecidas pela Coordenadoria de Pessoal (COPES/TRE-MS);
- Impressão de cartões em menor tempo e com maior qualidade de impressão;

## 3. Benefícios diretos e indiretos resultantes da contratação:

3.1. Atualização da tecnologia de impressão de cartões e identificações do TRE-MS;

## 4. Alinhamento entre a contratação e o planejamento estratégico:

- Prestação de serviços de TI em consonância com os requisitos de negócio (Plano Estratégico de Tecnologia da Informação 2016-2021). Mais especificadamente atingindo o Indicador 2 deste objetivo a saber **Percentual de usuários internos satisfeitos com a qualidade da prestação dos serviços de TI.**

5. Os estudos preliminares que nortearam a presente contratação encontram-se no Processo SEI 0007195-26.2018.6.12.8000 (evento 0504997)

6. A demanda prevista é a mesma que será contratada (dependendo da equação recursos orçamentários disponíveis/preço de venda final), a qual encontra-se definida nos Capítulos II deste Termo de Referência.

7. A escolha pela solução ocorreu após análise das soluções disponíveis no mercado, conforme relatado a seguir:

A solução é padrão de mercado e devido a necessidade de manter sigilo dos dados dos servidores do TRE-MS optou-se por adquirir equipamento que possa fazer a impressão em loco ao invés de contratar serviços de terceiros.

8. O objeto enquadra-se como aquisição de materiais permanentes de informática.

9. Em vista da natureza do objeto (aquisição de impressora com insumos) o mesmo será definido como item único no Termo de Referência. A utilização de item único se justifica pela necessidade de que a empresa fornecedora dos equipamentos/materiais seja a mesma, dessa forma, caso algum equipamento seja fornecido com insumos não compatíveis a contratada será a única responsável pela solução do problema.

10. No que tange à escolha do tipo de licitação, por se tratar de serviços comuns, padronizados e facilmente encontrados no mercado, não resta outra opção a não ser PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO.

11. Devido ao fato desta contratação não gerar resíduos sólidos, bem como não prever serviço de obra de grande vulto, não se aplica o estudo de impacto ambiental, sendo necessário apenas no momento da baixa do equipamento.

12. O objeto deve estar em conformidade técnica e legal conforme descrito no Capítulo I e II deste Termo de Referência.

13. As obrigações contratuais estão descritas nos Capítulos IV a IX deste Termo de Referência.

14. As especificações técnicas detalhada do objeto encontram-se no capítulo II deste Termo de Referência.

14.1. Devido a natureza da contratação não será criado nenhum tipo de dependência tecnológica entre o TRE-MS e a contratada.

14.2. A descrição de direitos de propriedade intelectual e autorais não se aplica a contratação objeto deste procedimento administrativo

15. Durante a contratação, serão usados os modelos de praxe do TRE/MS: para requisição de materiais, aceite dos produtos, análises da fiscalização, etc.



Documento assinado eletronicamente por **SÔNIA APARECIDA GRANJA ANELLI, Técnico Judiciário**, em 10/05/2019, às 12:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0654536** e o código CRC **DDF83856**.

